

Brasil



ABANDONADOS, USADOS E, AGORA, FURIOSOS

A decisão da Casa Civil de quebrar o monopólio da Funai na demarcação de terras é boa para o Brasil e melhor ainda para os índios, os mais esquecidos entre todos

CAROLINA RANGEL

O número de áreas indígenas no país cresceu seis vezes nas últimas três décadas: hoje, abrange 13% do território nacional, quase o dobro do espaço destinado à agricultura, de 7%. Não se tem notícia, no entanto, de que a situação dos silvícolas brasileiros tenha melhorado na mesma proporção. A maioria ainda vive na mais absoluta miséria — a incidência de tuberculose é o triplo da média nacional, a

mortalidade infantil é o dobro e, em algumas etnias, 90% dos integrantes dependem de cestas básicas para sobreviver. A Funai, subordinada ao Ministério da Justiça, é o órgão ao qual caberia cuidar do bem-estar dessa população, dedicando-se, por exemplo, a melhorar suas condições de moradia, saneamento básico e produção agrícola. Não é o que tem ocorrido. “Hoje, o único departamento da Funai que funciona é o responsável por novas demarcações, todos os outros estão esquecidos e enfraquecidos”, afirma o antropólogo Edward Luz. Ao substituir o trato da questão indígena por um indigenismo postício, tão natural no Brasil quanto a luta de classes e o racismo, a Funai acabou por prejudicar o cumprimento daquela que deveria ser a sua tarefa primordial. E ainda contribuiu para acirrar o clima de pé de guerra em que se encontram hoje índios e proprietários de terra em mais de sessenta áreas do país.



UESLEI MARCEL INOUE/UTTERS



MOISÉS PALÁCIO/FUTURA PRESS/OLYMPIA

MIM, AMIGO

Ao lado, o ministro Gilberto Carvalho em audiência com índios em Brasília, na qual defendeu que a Polícia Federal não deveria ter desocupado uma fazenda invadida por eles (na foto acima)

Atualmente, a Funai comanda praticamente sozinha todo o processo de demarcação. Só ao final os casos são enviados ao Ministério da Justiça, que nos últimos trinta anos nunca rejeitou um único pedido do órgão — nem mesmo os absurdos. Um exemplo que se encaixa nessa categoria é o reconhecimento da reserva indígena de Mato Preto, no Rio Grande do Sul. Em 2003, índios guaranis que viviam na reserva Cacique Doble, em Santa Catarina, resolveram abandonar o lugar e se mudar para Mato Preto, numa terra que passaram a reivindicar. Em 2005, a antropóloga Flávia Cristina de Melo elaborou um laudo apoiando a reivindicação.

E por que os guaranis exigiram uma nova reserva? Embora tenha omitido a resposta em seu laudo, a antropóloga a relatou na tese de doutorado que escreveu sobre a tribo. Os guaranis, disse ela, decidiram morar em outra terra em fun-

ção de uma “visão” que tiveram depois de um ritual regado a aguarasca, uma erva alucinógena. Em seu laudo, Flávia recomenda ainda que a nova reserva tenha 4 230 hectares, vinte vezes o pedido inicial, de 232 hectares. Sustenta que essa extensão é importante para que os índios possam viver da “caça de antas e ratões do banhado”, embora praticamente já não existam antas na região há décadas. Ainda assim, a Funai e o Ministério da Justiça reconheceram a área indígena, que só não foi demarcada até agora porque o governo gaúcho contesta o despautério na Justiça. A previsão é que as 300 famílias de agricultores que lá vivem sejam retiradas até o fim do semestre para assentar os 43 indígenas. Por lei, os agricultores não têm direito a um centavo pelas terras perdidas — o estado pode indenizá-los apenas por eventuais benfeitorias realizadas nas propriedades.

E aqui surge outra faceta dramática da questão: os principais afetados pelos critérios duvidosos das demarcações feitas pela Funai são, muitas vezes, lavradores tão pobres quanto os índios. No Paraná, onde a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) concluiu em abril um estudo sobre a demarcação de quinze territórios, a maioria dos proprietários que tiveram as terras invadidas era formada por pe-

quenos agricultores. As fotos do estudo mostram apenas cabecinhas nos terrenos. Alguns dos moradores, desprovidos de suas casas, precisaram ir viver com os filhos para não virar sem-teto. O agronegócio é outra vítima do tratamento desigual que o governo vem dando à questão. Um levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima que cada hectare perdido para terras indígenas representa um prejuízo de 500 000 reais para o agronegócio, a maior fonte de divisas do Brasil.

Na semana passada, partiu da Casa Civil a mais sensata proposta para começar a desenrolar o nó da questão indígena. A ministra Gleisi Hoffmann decidiu baixar uma

portaria determinando que a decisão sobre as demarcações de terra deixe de ser monopólio da Funai e passe a ser analisada também por órgãos como a Embrapa e ministérios como o do Desenvolvimento Agrário, das Cidades e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Funai e as ONGs não gostaram. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, convocou os índios para pressionar o governo a recuar, disseminando o falso boato de que a Funai seria fechada e as demarcações, paralisadas. “Os índios ficaram com medo e preocupados. Por isso, assumiram uma atitude mais radical”, diz Jorge das Neves, chefe do posto da Funai em Sidrolândia (MS), onde um índio morreu em confronto com a Polícia Federal durante a desocupação, na semana passada, de uma propriedade invadida.

A desocupação havia sido ordenada pela Justiça. O fato de o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, ter chegado a dizer que ela não deveria ter sido realizada reforçou a certeza de que há uma clara divisão no governo sobre o assunto. A demissão da presidente da Funai, Marta Azevedo, na tarde de sexta-feira, é sinal de que o lado mais sensato está vencendo. ■

COM REPORTAGEM DE ANDRÉ ELER
E FABRÍCIO LABEL